



**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA**  
**Departamento de Desenvolvimento Social**  
**Praça Rui Barbosa, 147 – Centro – (16) 3172-1910**

**Ofício 90/2022**

Igarapava-SP, 16 de Agosto de 2022.

De: Departamento de Desenvolvimento Social

Para: Câmara Municipal de Igarapava – A/C Carla Adriana Mendonça Prado

Assunto: Resposta ao requerimento 88/2022 de 20 de julho de 2022

Venho pela presente, em resposta ao requerimento 88/2022 da Edil Carla Adriana Mendonça Prado, de 20 de julho de 2022, reitera-se a resposta ao requerimento de 08 de abril de 2022 sobre o fornecimento de informações pessoais das famílias assistidas, com fulcro nas disposições da Resolução CFESS nº 556/2009.

Ressalta-se ainda que o Código de Ética do Assistente Social, também consigna que é direito do assistente social manter o sigilo profissional, nos seguintes termos:

*Art. 16 O sigilo protegerá o/a usuário/a em tudo aquilo de que o/a assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional.*

*Art. 17 É vedado ao/à assistente social revelar sigilo profissional.*

*Art. 18 A quebra do sigilo só é admissível quando se tratar de situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses do/a usuário/a, de terceiros/as e da coletividade.*

*Parágrafo único A revelação será feita dentro do estritamente necessário, quer em relação ao assunto revelado, quer ao grau e número de pessoas que dele devam tomar conhecimento.*

Desta forma, do ponto de vista profissional, constitui prerrogativa do assistente social manter o sigilo profissional, pois a regra do artigo 16 acima transcrito é





**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA**  
**Departamento de Desenvolvimento Social**  
**Praça Rui Barbosa, 147 – Centro – (16) 3172-1910**

inequívoca pela tutela dos interesses dos usuários dos serviços sociais. O sigilo protege o usuário em tudo aquilo que o assistente social tome conhecimento em decorrência de sua atividade profissional.

Sendo a única exceção à regra, que se encontra admitida no artigo 18, que autoriza o compartilhamento de informações somente quando se tratar de situação de extrema gravidade que traga, inequívoco prejuízo aos interesses dos usuários ou de terceiros.

Diante das normas que regulamentam a atividade profissional do assistente social, é possível afirmar que se coadunam com as previsões constitucionais.

Nesse diapasão, o inciso X do artigo 5º da Constituição Federal protege o direito a intimidade e a privacidade ao dispor que são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas.

Portanto, o sigilo profissional da Assistente Social protege determinados aspectos da vida pessoal dos assistidos, pois a revelação de informações obtidas pela profissional pode abalar a reserva de intimidade de pessoas que já se encontram em situação de vulnerabilidade.

Segundo o Conselho Federal de classe, a confiança depositada no assistente social, deve ser respeitada com o objetivo não só de proteger a integridade física dos usuários, mantendo segredo de qualquer informação, mas também de proteger a integridade da personalidade, pois a revelação pode acarretar prejuízo moral suscetível de discriminação.

No entanto, compreende-se a solicitação da edil, em cumprindo do seu dever de fiscalização, que exige a indicação das famílias que são beneficiadas com o recebimento de cestas básicas, com o fito de averiguar se estas atendem aos requisitos legais para o recebimento das cestas básicas.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA**  
**Departamento de Desenvolvimento Social**  
Praça Rui Barbosa, 147 – Centro – (16) 3172-1910

Sendo assim, e para que possamos fornecer o máximo de informação possível sem prejudicar o trabalho da referida vereadora, bem como, o sigilo das informações, informamos que:

No Departamento de Desenvolvimento Social estão em atendimento técnico duas profissionais de nível superior, conforme preconiza a lei que regulamenta os benefícios, e ambas atendem as demandas de solicitação e encaminhamentos para atendimento eventual de concessão de cesta básica, bem como, de outros benefícios sociais que constam na referida lei (Lei 793/2018 e Resolução 016/2021).

Para a concessão são adotados os procedimentos de: atendimento do usuário solicitante ou encaminhado, no próprio Departamento ou através de visita domiciliar quando necessário, registro profissional do atendimento, e entrega das cestas no domicílio, de acordo com a organização por bairro e localidade, visto a disposição de um motorista designado ao serviço.

Reiteramos que são realizadas aquisições mensais de 200 unidades de cestas básicas, as entregas são de acordo com o atendimento referido acima, e com base nos critérios definidos pela lei supramencionada.

No ato da entrega domiciliar das cestas básicas, são solicitadas assinaturas do recebedor/destinatário, bem como, solicitado apresentação de um documento, com vistas em garantir a entrega assertiva e efetiva. Tais recibos são arquivados mensalmente no Departamento de Desenvolvimento Social.

Informa-se ainda que após atendimento técnico muitas famílias são encaminhadas/inseridas em outros benefícios e serviços do município, bem como recebem orientações e todo suporte técnico para atendimento e/ou encaminhamento de forma a garantir o atendimento integral a **vulnerabilidade temporária**, a qual visa atender tais benefícios regulamentos.

Faz-se necessário frisar que apesar de atualmente a demanda espontânea pelo benefício eventual surgir e ser atendida através do Departamento, não é único e





**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA**  
**Departamento de Desenvolvimento Social**  
Praça Rui Barbosa, 147 – Centro – (16) 3172-1910

exclusivo espaço em que ela se faz presente, portanto, atende-se encaminhamentos de diversos atores, tais como, demandas advindas do conselho tutelar, educação, saúde, outros espaços da assistência social, bem como toda e qualquer política pública, ou sociedade civil que encaminhe pessoas para o atendimento, tendo como critério para concessão todos aqueles evidenciados na lei supramencionada e que atendam o critério base da lei de eventualidade.

Outro aspecto relevante para o conhecimento é que não há como afirmar e periodicidade de entrega a cada família, visto que após o atendimento técnico com a profissional de referência alocada no Departamento, conforme preconiza a Lei, é alinhado junto ao usuário/pessoa atendida esse período e o novo atendimento para compreensão da demanda visando minimizar situações de risco.

Segue abaixo relação mensal posterior a última informação dada em 08 de abril de 2022 e dos demais meses subsequentes:

**MARÇO 2022 – 199 unidades entregues**

Alceu Molina	Alto Igati	Campo de Aviação	Centro	José Pimentel	Evaristo Rodrigues Nunes	Felício Bichuetti	Jamil Mattar	Recanto dos Pinheiros	Jd Madrugada	Santo Antonio	Jardim Boal
7	22	11	11	5	3	7	5	1	13	4	
Jardim Guanabara	Jardim Hawaí	Nova Igarapava	Kazuto Yatsuda	Monte Castelo	Porto Feliz	Ricardo Bozzola	Saudade	Ubaldo Pagioni	Vila Gomes	Vila Marlene	Waldir
4	2	3	7	2	5	1	16	1	31	25	

**ABRIL 2022 – 186 unidades entregues**

Alceu Molina	Alto Igati	Campo de Aviação	Centro	José Pimentel	Evaristo Rodrigues Nunes	Felício Bichuetti	Jamil Mattar	Recanto dos Pinheiros	Jd Madrugada	Santo Antonio	Morada do Verde	Jardim Boal
5	27	11	6	10	12	2	5	1	15	2	1	3
Jardim Guanabara	Assaí	Nova Igarapava	Kazuto Yatsuda	Monte Castelo	Porto Feliz	Ricardo Bozzola	Saudade	Rural	Vila Gomes	Vila Marlene	Waldir	Jardim Boal
1	3	4	7	1	2	1	15	2	19	22	7	2

Assinado por 1 pessoa: MARA DENISE PITTA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://igarapava.1doc.com.br/verificacao/AADD-5691-6FEC-767D> e informe o código AADD-5691-6FEC-767D







**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA**  
**Departamento de Desenvolvimento Social**  
**Praça Rui Barbosa, 147 – Centro – (16) 3172-1910**

**MAIO 2022 – 190 unidades entregues**

Alceu Molina	Alto Igati	Campo de Aviação	Centro	Jose Pimentel	Evaristo Rodrigues Nunes	Felício Bichuetti	Jamil Mattar	Recanto dos Pinheiros	Jd Madrugada	Santo Antonio	Jardim Hawái	Jardim Beatriz
8	17	8	9	5	4	7	5	1	8	4	1	2
Jardim Guanabara	Assad Salim	Nova Igarapava	Kazuto Yatsuda	Monte Castelo	Porto Feliz	Saudade	Vila Gomes	Vila Marlene	Waldir			
5	2	1	3	1	5	15	32	32	15			

**JUNHO 2022 – 199 unidades entregues**

Alceu Molina	Alto Igati	Campo de Aviação	Centro	Jose Pimentel	Evaristo Rodrigues Nunes	Felício Bichuetti	Jamil Mattar	Recanto dos Pinheiros	Jd Madrugada	Santo Antonio	Usina Rural	Jardim Beatriz
4	23	15	6	10	8	3	2	1	13	4	2	
Jardim Guanabara	Assad Salim	Nova Igarapava	Kazuto Yatsuda	Monte Castelo	Porto Feliz	Ricardo Bozzola	Saudade	Mirante do Sol	Vila Gomes	Vila Marlene	Waldir	Jardim Beatriz
2	3	5	6	4	4	1	17	1	19	28	12	

**JULHO 2022 – 191 unidades entregues**

Alceu Molina	Alto Igati	Campo de Aviação	Centro	Jose Pimentel	Evaristo Rodrigues Nunes	Felício Bichuetti	Jamil Mattar	Recanto dos Pinheiros	Jd Madrugada	Santo Antonio	Meibal Terra	Jardim Beatriz
6	16	9	8	3	5	9	6	2	10	4	2	
Jardim Guanabara	Assad Salim	Nova Igarapava	Kazuto Yatsuda	Monte Castelo	Porto Feliz	Ricardo Bozzola	Saudade	Jardim Botânico	Vila Gomes	Vila Marlene	Waldir	Jardim Beatriz
4	2	2	3	1	5	1	18	1	33	23	17	

Por fim, temos a informar que os referidos documentos estão a disposição para consulta pessoal da Nobre Edil, para fins de sanar todas as dúvidas.

As informações e esclarecimentos que cabiamos prestar e permanecemos a disposição para eventuais esclarecimentos adicionais que Vossa Excelência.

Assinado por 1 pessoa: MIRA DENISE PITTA  
 Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://igrapava.1doc.com.br/verificacao/AADD-5691-6FEC-767D> e informe o código







**PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARAPAVA**

**Departamento de Desenvolvimento Social**  
Praça Rui Barbosa, 147 – Centro – (16) 3172-1910

*Mara Denise Pitta Barboza*

Mara Denise Pitta Barboza  
Diretora do Departamento de Desenvolvimento Social

Exma. Vereadora,  
Sra. Carla Adriana Mendonça Prado  
Câmara Municipal de Igarapava





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



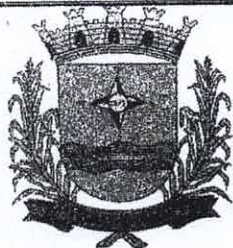
Código para verificação: AADD-5691-6FEC-767D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ MARA DENISE PITTA (CPF 091.XXX.XXX-24) em 16/08/2022 15:47:46 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://igarapava.1doc.com.br/verificacao/AADD-5691-6FEC-767D>



## CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

PODER LEGISLATIVO

PÇA. JOÃO GOMES DA SILVA, 548 – FONE/FAX (16) 3172-1023 – 3172-5624

CEP. 14540-000 – ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 60.243.409/0001-60

SITE: camaraigarapava.sp.gov.br

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE  
IGARAPAVA/SP

REQUERIMENTO Nº 088/2022

A edil que esta subscreve, vem na forma regimental, após ouvido o Plenário, REQUERER do Chefe do Poder Executivo, Exmo. Sr. Dr. José Ricardo Rodrigues Mattar, o que segue.

No dia 21 de março de 2022 solicitei, por meio de requerimento (Requerimento nº 029/2022), as seguintes informações:

- “1) Qual o bairro, ou se há um local específico para distribuição das cestas básicas, comprovando documentalmente;
- 2) Quantas e quais famílias estão recebendo as cestas básicas, fornecendo cópias dos recibos de retirada;
- 3) Qual foi o processo de aquisição das cestas básicas, com suas respectivas cópias do processo de licitação/dispensa, contrato, empenhos, nota, e demais documentos relacionados ao processo.
- 4) A aquisição das respectivas cestas básicas, são adquiridas através verbas destinadas ao município ou através de doação.”

No dia 08 de abril de 2022, por meio do Ofício 491/2022 foi respondido o mencionado requerimento. A Diretora do Departamento de Desenvolvimento Social o respondeu esclarecendo que as cestas básicas foram adquiridas por meio de pregão eletrônico, sendo regulamentado pela Lei nº 793/2018 e resolução CMAS 016/2021. Elucidou que no mês de março foram entregues 199 cestas básicas apontando, por meio de quadro, as regiões contempladas. Esclareceu, ainda, que as entregas ocorrem em domicílio. Entretanto, quanto à comprovação documental alegou que há necessidade de manter sigilo, com vistas a não expor as famílias.

A Constituição da República Federativa do Brasil dispõe em seu art. 31 que a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal,





## CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

PODER LEGISLATIVO

PÇA. JOÃO GOMES DA SILVA, 548 – FONE/FAX (16) 3172-1023 – 3172-5624

CEP. 14540-000 – ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 60.243.409/0001-60

SITE: camaraigarapava.sp.gov.br

mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

Isto posto, o Poder Legislativo tem a função de fiscalização do Município, precipuamente quando há o envolvimento da aplicação de recursos públicos. Do Aviso de Licitação Pregão Eletrônico nº 065/2021 Processo Administrativo nº 116/2021 (Disponível em: [https://igarapava.sp.gov.br/site/wp-content/uploads/2021/09/EDITAL-COMPLETO-E-ANEXOS-PE-065\\_2021-AQ.-DE-GENEROS-ALIMENTICIOS-CESTA-BASICA-DESENV.-SOCIAL.pdf](https://igarapava.sp.gov.br/site/wp-content/uploads/2021/09/EDITAL-COMPLETO-E-ANEXOS-PE-065_2021-AQ.-DE-GENEROS-ALIMENTICIOS-CESTA-BASICA-DESENV.-SOCIAL.pdf)), nota-se que o valor estimado para aquisição de gêneros alimentícios, para composição de cestas básicas, decorre de **recursos próprios** e teve como valor estimado R\$ 363.845,25 (trezentos e sessenta e três mil oitocentos e quarenta e cinco reais e vinte e cinco centavos). Assim, tem o vereador a prerrogativa de fiscalizar a aplicação desse recurso.

Além disso, há Lei que regulamenta a prestação de benefícios eventuais no Município – a Lei nº 793/2018 e nela há uma série de requisitos objetivos para que se contemple os beneficiários. Referida norma também foi disciplinada por meio da Resolução CMAS 016/2022, conforme indicado no Ofício 491/2022.

Se há requisitos legais para a concessão das cestas, bem como os recursos empregados são públicos, o vereador tem a prerrogativa de fiscalização do emprego do referido recurso.

Diante disso, solicito as seguintes informações:

- 1) Em que medida o fornecimento das informações pleiteadas por esta Vereadora por meio do Requerimento nº 029/2022 viola o direito à intimidade e privacidade disposto no art. 5º, inciso X, da Constituição Federal de 1988?
- 2) Por que os documentos que comprovam a distribuição de cestas básicas são classificados como sigiloso pela assistente social?
- 3) Como o vereador terá condições de fiscalizar o emprego dos recursos com base apenas em números de cestas distribuídas em determinado bairro, sem ter acesso aos comprovantes de efetiva entrega?





## CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

PODER LEGISLATIVO

PÇA. JOÃO GOMES DA SILVA, 548 – FONE/FAX (16) 3172-1023 – 3172-5624

CEP. 14540-000 – ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 60.243.409/0001-60

SITE: camaraigarapava.sp.gov.br

4) De que forma o vereador poderá averiguar se as famílias contempladas se enquadram nos requisitos disciplinados pela lei?

Sala das Sessões, Igarapava/SP, 20 de julho de 2022

*Carla Adriana Mendonça Prado*  
**CARLA ADRIANA MENDONÇA PRADO**  
VEREADORA DA C.M. DE IGARAPAVA

Protocolo 20.07.22  
Câmara Municipal de Igarapava  
CNPJ 60.243.409/0001-60

Câmara Municipal de Igarapava  
Silvia Salvia  
Assessoria Jurídica